



FREGUESIA DE MELRES E MEDAS
Rua Padre Jerónimo, 100
4515 – 552 Melres

Fátima Macedo
HS
melres
medas

Procedimento concursal comum para o recrutamento de um posto de trabalho na carreira/categoria de Assistente Operacional (área funcional de motorista; administrativo(a))

Ata número um

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, nas instalações da União de Freguesias Medas e Melres, sitas na Rua Padre Jerónimo nº 100, 4515-552 Melres, pelas 14:00 horas, reuniu o júri, do procedimento concursal comum para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de um (1) posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, do mapa de pessoal desta Freguesia, na área funcional de motorista; administrativo(a), aberto por deliberação de Junta de 30 de Abril de 2026, seguido de despacho datado de 04 de Maio de 2026, do Exm^o. Senhor Presidente da União de Freguesias, Manuel José Santos Paiva.

Estiveram presentes os elementos do júri, designados nos termos da deliberação e despacho supracitados, Maria Fátima Macedo Sousa Andrade, Técnica Administrativa da União de Freguesias de Melres e Medas na qualidade de Presidente do Júri, e os vogais efetivos, Filomena Maria Leite Vieira Fonseca, Técnica Administrativa da União de Freguesias de Melres e Medas, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos e Manuel Augusto Sousa Moreira Costa, Assistente Operacional da União de Freguesias de Melres e Medas.

- O júri, após tomar conhecimento do conteúdo da deliberação da União de Freguesias de Melres e Medas, bem como do despacho do Senhor Presidente da União de Freguesias de Melres e Medas, relativamente à abertura do procedimento, determinou que, ponderado o conjunto de responsabilidades e de tarefas inerentes ao posto de trabalho a ocupar, os assuntos a abordar nesta reunião constam da seguinte ordem de trabalhos:

Ordem de trabalhos:

- I. Definir o âmbito de recrutamento, bem como o perfil de competências adequado ao exercício das funções a desempenhar;
- II. Os métodos de seleção a utilizar, bem como os respetivos parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa de cada método e o sistema de valoração final;
- III. Analisar o envolvimento de entidades externas pública ou privadas para a realização de métodos de seleção;
- IV. Critérios de Ordenação preferencial
- V. Notificação dos candidatos; formalização das candidaturas e demais assuntos considerados essenciais para a tramitação de todo o processo concursal, nesta fase.

I. - Perfil de competências adequado ao exercício das funções a desempenhar, assim, considerando a caracterização do posto de trabalho a que se destina o presente procedimento concursal previsto no mapa de pessoal da União de Freguesias de Melres e Medas, deve ser aferido o seguinte perfil de competências nos candidatos:

a) **Orientação para o serviço público:** capacidade para integrar no exercício da sua atividade os valores éticos e deontológicos do serviço público e do setor concreto em que se insere, prestando um serviço de qualidade orientado para o cidadão;

b) **Orientação para a mudança e inovação:** Encarar a mudança como uma oportunidade de melhoria e evolução e evidenciar abertura a novas ideias e soluções que permitem uma resposta consequente aos desafios atuais e futuros da Administração Pública;

c) **Gestão do Conhecimento;** Adquirir, atualizar e aplicar o conhecimento, partilhar o conhecimento e garantir a captura, armazenamento e acesso às informações e ao conhecimento na organização;

d) **Orientação para a Segurança;** Priorizar a segurança no trabalho em todas as atividades e decisões, seguir as regras e procedimentos relacionados com a segurança, identificar, avaliar e mitigar riscos para si, para os outros e para o meio ambiente, identificar oportunidades de melhoria nos procedimentos e práticas de segurança.

II. - Métodos de Seleção:

1. No presente procedimento concursal, serão aplicados os métodos de seleção:

a) Prova de Conhecimentos e Avaliação Psicológica e, como método de seleção facultativo, Entrevista de Avaliação de Competências;

ou

b) Avaliação Curricular e Entrevista de Avaliação de Competências, a aplicar aos candidatos que estejam a cumprir ou a executar a atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho em causa, bem como candidatos que se encontrem em regime de valorização profissional, que imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, nos termos do nº 2 do artigo 36º da LTFP.

1.1. Os métodos referidos na alínea b), poderão ser afastados pelos candidatos através de manifestação de vontade no formulário de candidatura, aplicando-se-lhes, nesse caso, os métodos previstos para os restantes candidatos.

2. A **Prova de Conhecimentos (PC)**, visa avaliar os conhecimentos académicos e ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa;

2.1. A prova, de natureza teórica, assumirá a forma escrita, com recurso a consulta e versará sobre o seguinte:

- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas – Lei n.º 35/2014, de 20/06, na sua redação atual;
- Código do Trabalho - Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, artigos 237.º a 257.º (Férias e faltas), na sua redação atual;
- Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 07/01, na sua atual redação;
- Regime jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;

2.2. Esta prova será avaliada na escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, sendo a sua ponderação, para a valoração final, de 60%.

At
Fátima
H

Fato
Houve
18

2.3. A realização da Prova de Conhecimentos, obedecerá às seguintes regras:

2.3.1. Durante a realização deste método de seleção pode ser consultada a legislação referida no ponto 2.1, em suporte papel, sem qualquer tipo de anotação; A atualização da legislação referenciada no ponto 2.1, ocorrida após a publicitação do presente procedimento concursal, será da responsabilidade dos candidatos, sendo sobre a legislação atualizada que versará a prova de conhecimentos; A legislação mencionada no ponto 2.1 encontra-se disponível no endereço eletrónico do Diário da República, em <http://dre.pt>.

2.3.2. Duração máxima da Prova de Conhecimentos: 1H30 com tolerância de 15 m.

2.3.3. O júri deliberou, por unanimidade que na prova escrita de conhecimentos deverão ser observadas as seguintes alíneas:

- a) Realização de um questionário que será composto por questões de escolha múltipla, com uma valoração global de vinte valores, sobre a legislação versada;
- b) Nas questões de escolha múltipla, o candidato deverá indicar a resposta correta, sendo atribuídas as cotações devidas;
- c) Nas questões de escolha múltipla, para efeitos de classificação, serão tratadas exatamente da mesma forma, as respostas incorretas, inválidas e as não assinadas (0 valores);
- d) Nas questões de escolha múltipla, para cada questão existe apenas uma resposta certa, devendo os candidatos assinar com um X a resposta correta; bem como no caso do candidato pretender alterar alguma resposta, deverá rodear com um círculo ou riscar a resposta errada para a considerar sem efeito e voltar a marcar a resposta correta;
- e) Durante a realização da prova, os candidatos não podem comunicar entre si ou com qualquer outra pessoa estranha ao procedimento, nem recorrer a qualquer tipo de documentação ou informação cuja utilização não tenha sido expressamente autorizada. A violação do disposto implica a imediata exclusão dos candidatos;
- f) Não é permitida a comunicação ou permuta de legislação entre candidatos;
- g) As respostas a todas as questões devem ser efetuadas com esferográfica de tinta preta;
- h) Não é permitido o recurso a qualquer equipamento eletrónico, nomeadamente, computadores, Tablet, etc., durante a realização da prova, bem como, os telemóveis têm que estar desligados;
- i) O candidato deverá vir munido do seu Cartão de Cidadão, o qual deverá permanecer em cima da mesa durante a prova;
- j) No final, é obrigatório devolver o enunciado da prova e a respetiva grelha de respostas;
- k) Nos termos da alínea a) do nº 2 do artº 20º da portaria 233/2022, de 9 de setembro, será garantido o anonimato dos candidatos para efeito de correção da PC;
- l) Os candidatos deverão comparecer à realização da prova **30 minutos antes da hora marcada** para a realização da mesma, sendo atribuída uma tolerância de 15 minutos por atraso, após o início da prova. Findo o qual, será vedada a entrada para a realização da mesma.

m) Caso o candidato pretenda desistir, deverá fazê-lo durante os primeiros 30 minutos, findo os quais não poderá abandonar a sala.

3. AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA (AP) – A avaliação psicológica (AP) visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências definido no ponto I; visando ainda, avaliar através de técnicas de natureza psicológica, aptidões, características comportamentais dos candidatos e estabelecer um prognóstico de adaptação às exigências do posto de trabalho a ocupar.

3.1. Este método de seleção pode comportar uma ou mais fases.

3.2. A Avaliação Psicológica é valorada através das menções de Apto e Não Apto, sem expressão na fórmula de classificação final dos métodos de seleção.

3.3. Na Avaliação Psicológica será garantida e observada a privacidade dos elementos e resultados perante terceiros que não o próprio candidato, sob pena de quebra de sigilo.

3.4. O júri pode recorrer ao apoio de pessoas ou entidades especialmente habilitadas para participar ou aplicar o método de seleção de avaliação psicológica que, dada a sua especificidade, complexidade, morosidade, falta de recursos ou meios, ou necessidade de incremento de maior transparência, assim o exijam, sem prejuízo da sua responsabilidade pela tramitação e supervisão do procedimento, nos termos da lei

4 A Avaliação curricular (AC), visa analisar a qualificação dos candidatos, ponderando os elementos de maior relevância, com base na análise do respetivo curriculum vitae, para o posto de trabalho a ocupar, sendo a classificação obtida através da média aritmética até às centésimas, das classificações dos elementos a avaliar, infra enumerados.

4.1. A habilitação académica (HA) – No presente procedimento exige-se que os candidatos possuam o nível habilitacional equivalente ao grau de complexidade 1, ou seja, escolaridade obrigatória (conforme a idade), não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional. Nesse sentido, a titularidade de habilitações académicas de grau superior à exigida, devem ter uma ponderação diferente na avaliação curricular. Assim, o júri deliberou avaliar este parâmetro da seguinte forma:

- Habilitações académicas de grau exigido à candidatura – 18 valores;
- Habilitações académicas de grau superior exigido na candidatura – 20 valores.

Esclarece-se, ainda, que apenas será considerada a habilitação académica devidamente comprovada por documento idóneo e concluída até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas.

4.2. A formação profissional (FP), serão consideradas as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função a desempenhar. Assim, na avaliação deste fator o Júri deliberou que a valoração será elaborada de acordo com o seguinte:

- Sem formação – 0 valores;
- Até 100 horas de formação – 10 valores;
- Mais de 100 e até 150 horas de formação – 12 valores;
- Mais de 150 e até 250 horas de formação – 14 valores;
- Mais de 250 e até 350 horas de formação – 16 valores;
- Mais de 350 e até 450 horas de formação – 18 valores;
- Mais de 450 horas de formação – 20 valores.

F. A. D.
H. A. S.
10

4.2.1. Apenas será considerada a Formação Profissional devidamente comprovada por documento idóneo e concluída até ao termo do prazo de apresentação de candidaturas;

4.2.2. Nos certificados em que apenas seja discriminada a duração em dias, é atribuído um total de 7 horas por cada dia de formação e cada meio dia de formação corresponde a 3 horas e 30 minutos, de modo a ser possível converter em horas a respetiva duração e, conseqüentemente, aplicar as referidas grelhas;

4.2.3. No caso de, no documento comprovativo de conclusão da Formação Profissional, existir uma diferença entre o número total de horas de formação e o número de horas efetivamente assistidas, será este último o contabilizado.

4.3. A Experiência Profissional EP será considerado o desempenho efetivo de funções com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e o grau de complexidade das mesmas, sendo contabilizado o tempo de experiência detido pelo candidato no exercício de funções respeitantes à categoria de Assistente Operacional, desde que no âmbito da área em causa, do seguinte modo:

- Com experiência, até 1 ano completo – 10 valores, acrescidos de:
- Com experiência de mais de 1 e até 3 anos completos – 2 valores;
- Com experiência de mais de 3 e até 6 anos completos – 4 valores;
- Com experiência de mais de 6 e até 9 anos completos – 6 valores;
- Com experiência de mais de 9 e até 12 anos completos – 8 valores;
- Com Mais de 12 anos – 10 valores.

4.3.1. Na classificação da Experiência Profissional, será tido em consideração o seguinte:

a) Apenas será considerada a experiência profissional devidamente comprovada por documento idóneo e que refira expressamente o período de duração da mesma e contenha a discriminação das funções efetivamente exercidas;

b) Neste critério de apreciação apenas é considerado o desempenho de funções ao abrigo de vínculo de natureza pública, na carreira de Assistente Operacional, na área funcional em causa;

c) Estes fatores são avaliados tendo por base a análise do curriculum vitae e as declarações passadas pelos serviços onde o candidato exerce/exerceu funções.

4.4. Avaliação do desempenho (AD) – Neste fator é considerada a Avaliação do Desempenho (AD) na sua expressão quantitativa e qualitativa relativa ao último ano em que executou funções, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, sendo avaliada da seguinte forma:

- Desempenho Inadequado (1 a 1,999) – 4 valores;
- Desempenho regular (2 a 3,499) – 12 valores;
- Desempenho bom (3.5 a 3.999) – 16 valores;
- Desempenho Muito bom (4 a 5) – 18 valores;
- Mérito Excelente (4 a 5) – 20 valores;

4.4.1. Para efeitos de classificação da Avaliação do Desempenho, apenas será considerada a avaliação do desempenho devidamente comprovada por documento idóneo e que refira expressamente a avaliação final, mediante a respetiva menção quantitativa.

F.F. Flores
#

4.4.2. No caso do candidato não possuir avaliação de desempenho relativa a período em que tenha desempenhado uma competência, ou atividade idênticas à do lugar colocado a concurso, por razões que não lhe sejam imputáveis, será atribuída a classificação de 10 valores (conforme o disposto na alínea c) do nº 2 do artigo 20º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro.

4.4.3. No caso de candidato com relação jurídica de emprego público, mas que não tenha o correspondente serviço efetivo para efeitos de avaliação (mais de um ano de serviço efetivo), não será aplicada a fórmula com este parâmetro.

4.5. As ponderações dos fatores (HA, FP, EP e AD) integrantes deste método de seleção traduzem a importância relativa que o Júri entendeu atribuir a cada um, por considerar que essa ponderação é a que permite a melhor avaliação profissional dos candidatos nas áreas relativas ao posto de trabalho para que o procedimento foi aberto.

4.6. FÓRMULA CLASSIFICATIVA DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

A classificação final deste método de seleção é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, e resulta da média aritmética ponderada das classificações obtidas em cada um dos fatores, de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HA + FP + 2EP + AD}{5}$$

No caso de o candidato não possuir tempo de serviço para efeitos de avaliação, aplica-se a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HA + FP + 2EP}{4}$$

4.7. A ponderação desta prova, para a valoração final, é de 60%.

5. ENTREVISTA DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (EAC), visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. A aplicação do método assentará no perfil de competências definido associado à grelha de avaliação individual que traduzirá a presença ou ausência de cada um dos três comportamentos inerentes à competência a avaliar, conforme o Referencial da Portaria nº 214/2024, de 20 de setembro. Para esse efeito será elaborado um guião de entrevista composto para um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências definido, associado a uma grelha de avaliação individual, que traduz a presença ou ausência dos comportamentos em análise.

5.1 O método de seleção Entrevista de Avaliação de Competências, adiante designado por EAC, será aplicado aos candidatos com e sem relação jurídica de emprego público, ou seja, na existência de candidatos com relação jurídica de emprego público será aplicado como método obrigatório, sendo que à generalidade dos candidatos (sem vínculo de emprego público ou com vínculo de emprego público a termo resolutivo) será aplicado como método facultativo.

5.2. os comportamentos a avaliar por competência e nível de exigência são os seguintes:

Fl. 10
18

Orientação para o serviço público

Nível de exigência dos comportamentos	Componentes da competência	Comportamentos
1	Ética e valores	Atua em conformidade com os princípios éticos da AP e com as normas e procedimentos definidos para o exercício da sua atividade
	Compromisso	Identifica as práticas alinhadas com o interesse público e atua em conformidade
	Conduta pessoal	Mostra-se atento e respeitador do outro no exercício da sua atividade, garantindo o interesse público

Orientação para a mudança e inovação

Nível de exigência dos comportamentos	Componentes da competência	Comportamentos
1	Mudança	Reconhece a necessidade de ajustar o seu trabalho em contexto de mudança
	Abertura a novas ideias	Mostra abertura a novas ideias, tarefas ou instrumentos de trabalho
	Soluções	Adota soluções de melhoria que impactam nas suas práticas de trabalho.

Gestão do conhecimento

Nível de exigência dos comportamentos	Componentes da competência	Comportamentos
1	Aquisição do conhecimento	Demonstra uma atitude recetiva em relação à aquisição de novos conhecimentos e competências.
	Aplicação do conhecimento	Aplica autonomamente os conhecimentos necessários ao exercício da sua atividade.
	Partilha do conhecimento	Facilita o acesso e disponibiliza informações e documentos, dentro dos limites da legalidade, mantendo-os organizados.

Orientação para a segurança

Nível de exigência dos comportamentos	Componentes da competência	Comportamentos
1	Regras e procedimentos	Cumprir as instruções relativas às regras de segurança na utilização dos equipamentos e na manutenção da confidencialidade das informações.
	Mitigação de riscos	Segue procedimentos padrão para mitigar riscos através de uma abordagem atenta e conscienciosa.

	Priorização da segurança	Zela pelo bom estado de conservação de materiais e equipamentos e comunica as avarias e desconformidades.
--	--------------------------	---

Handwritten signature/initials in blue ink.

A presença dos comportamentos em análise em cada competência será avaliada da seguinte forma:

Comportamentos	Classificação
3 comportamentos demonstrados	20 valores
2 comportamentos demonstrados	16 valores
1 comportamento demonstrado	12 valores
0 comportamentos	8 valores

5.3 A classificação deste método de seleção é expressa numa escala de 0 a 20 valores, sendo o resultado obtido através da média aritmética simples das classificações obtidas nas competências avaliadas e expressa até às centésimas, com a seguinte ponderação:

$$EAC = \frac{OSP + OMI + GC + OS}{4}$$

Sendo:

EAC- Entrevista de Avaliação e Competências;

OSP- Competência- Orientação para o serviço público;

OMI- Competência- Orientação para a Mudança e Inovação;

GC- Competência- Gestão do conhecimento;

OS- Competência- Orientação para a Segurança.

5.4 Duração máxima da Entrevista de Avaliação de Competências: 20 minutos por cada candidato.

5.5 A ponderação, para a valoração final, desta prova é de 40%.

6. ORDENAÇÃO FINAL

6.1. Cada um dos métodos de seleção, bem como cada uma das fases que compoem, é eliminatório, pela ordem enunciada na lei, quanto aos obrigatórios, e pela ordem constante na publicitação, quanto aos facultativos. Sendo excluído do procedimento o candidato que não compareça ou que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos ou fases, não lhe sendo aplicado o método ou fase seguintes.

6.2. Nos termos previstos no artigo 23º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro,, conjugado com a c) do nº 1 do art.º 37 da LTFP, a ordenação final dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente da média ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada

método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores. A lista de ordenação final dos candidatos aprovados, é unitária, ainda que, no mesmo procedimento, lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de seleção, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$OF = (60\%PC) + (40\%EAC)$$

ou

$$OF = (60\%AC) + (40\%EAC)$$

Sendo:

OF = Ordenação Final;

PC = Prova de Conhecimentos;

AC = Avaliação Curricular;

EAC = Entrevista Avaliação de Competências;

7. Utilização faseada dos métodos de seleção: artº 19º da Portaria 233/2022 de 9 de setembro – atendendo a que os recrutamentos em curso são considerados urgentes, a aplicação dos métodos de seleção poderá ser faseada, procedendo-se da seguinte forma:

- a) À aplicação, num primeiro momento, à totalidade dos candidatos, apenas do primeiro método obrigatório;
- b) Aplicação do segundo método aos 100 candidatos com a melhor nota;
- c) Aplicação do método seguinte a todos os candidatos considerados aptos/aprovados no método imediatamente anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídica-funcional, até à satisfação das necessidades.

7.1- Será da competência do júri definir os critérios do respetivo faseamento.

III – Recursos a Entidades Especializadas

O Júri pode recorrer ao apoio técnico de pessoas ou entidades especialmente habilitadas para participar ou aplicar algum ou alguns métodos de seleção que, dada a sua especificidade, complexidade, morosidade, falta de recursos ou meios, ou necessidade de incremento de maior transparência, assim o exijam, sem prejuízo da sua responsabilidade pela tramitação e supervisão do procedimento, nos termos da lei.

IV - CRITÉRIOS DE ORDENAÇÃO PREFERENCIAL

1. Em caso de igualdade de valoração, aplica-se o previsto no artigo 24º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro.

2. Subsistindo o empate após aplicação dos referidos critérios, serão utilizados os seguintes.

1º - Os candidatos com mais elevada classificação no parâmetro de avaliação da Entrevista de Avaliação de Competências “Orientação para o Serviço Público”

2º - Os candidatos com mais elevada classificação no parâmetro de avaliação da Entrevista de Avaliação de Competências; “Orientação para a Segurança”

3º - Os candidatos com mais elevada classificação no parâmetro de avaliação da Entrevista de Avaliação de Competências; “Gestão do Conhecimento”

4º - Os candidatos com mais elevada classificação no parâmetro de avaliação da Entrevista Avaliação de Competências; "Orientação para a Mudança e Inovação"

V - Notificação/Formalização de candidaturas/outros

1. De acordo com o preceituado no n.º 4 do art.º 16º da Portaria 233/2022, de 9 de setembro os candidatos excluídos, no âmbito da análise das candidaturas, são notificados para a realização da audiência prévia nos termos do Código do Procedimento Administrativo, bem como, são notificados os candidatos admitidos da decisão de admissão, no mesmo prazo.

1.1. Os candidatos admitidos serão convocados, através de notificação do dia, hora e local para realização dos métodos de seleção e ainda, da afixação em local visível e público das instalações da entidade empregadora pública e da disponibilização na sua página eletrónica nos termos previstos no art.º 6.º da Portaria 233/2022, de 9 de setembro.

1.2. A publicitação dos resultados obtidos em cada método de seleção intercalar é efetuada através de lista, ordenada alfabeticamente, afixada em local visível e público das instalações da União de Freguesias de Melres e Medas e disponibilizada na sua página eletrónica.

2. **Prazo de validade** - O procedimento concursal é válido para o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento do posto de trabalho a ocupar e para os efeitos do previsto no n.º 5 do artigo 25.º da Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, ou seja, se o número de candidatos aprovados, constantes na lista de ordenação final, for superior ao número de postos de trabalho publicitados no aviso de abertura, é constituída uma reserva de recrutamento interna pelo período de dezoito meses a contar da data de homologação da lista de ordenação final.

3. Consultada a entidade gestora da requalificação nas autarquias locais (EGRA) nos termos dos artigos 16º e 16º-A do Decreto Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação, foi prestada a seguinte informação a 13 de maio de 2026: "(...) a AMP, não constitui a EGRA para os seus municípios, devendo ser aplicado o regime subsidiário previsto no artigo 16º-A do DL 209/2009, alterado pela Lei 80/2013, de acordo com a informação da DGAL e homologado pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014."

4. **Caracterização sumária do posto de trabalho:** são as constantes do Anexo à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, bem como as constantes no Mapa de Pessoal da União de Freguesias de Melres e Medas, a saber: Realizar a condução da viatura no transporte coletivo das crianças; zelar pela segurança das crianças; garantir relativamente a cada criança, o cumprimento das condições de segurança; acompanhar as crianças no atravessamento da via, usando colete e raquete de sinalização; Assegurar os serviços postais prestados à população na sede da Junta, nomeadamente: venda de selos e outros valores postais; aceitação de envios de correspondências nacionais e internacionais, realização de cobranças postais, receção e pagamentos de vales postais nacionais, aceitação de registos nacionais e internacionais; assegurar o atendimento ao público; atender e encaminhar chamadas telefónicas; emitir nos termos legais, atestados e declarações que sejam solicitados à Junta de Freguesia e sejam da sua competência; executar guias de receita e garantir a arrecadação de receita; propor e colaborar na execução de medidas tendentes ao aperfeiçoamento organizacional dos serviços da Autarquia; outros serviços de carácter administrativo não especificado.

Fl. 1
4.1.1
18

5. Posição remuneratória: O posicionamento remuneratório dos trabalhadores recrutados obedecerá ao disposto no n.º 1 do artigo 38.º da LTFP. A posição remuneratória de referência é de 934,99€ (novecentos e trinta e quatro euros e noventa e nove cêntimos), correspondente à 1ª posição remuneratória e nível remuneratório 5 da Tabela Remuneratória Única.

6. Formalização da candidatura: Os candidatos deverão apresentar as suas candidaturas no prazo de **10 dias úteis**, contados da data da publicação do aviso de abertura na Bolsa de Emprego Público (BEP), nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 11º, conjugado com o art.º 12º da Portaria.

6.1. As candidaturas deverão ser formalizadas por correio eletrónico para concursoufmm@gmail.com mediante o preenchimento do respetivo formulário e da submissão dos documentos de habilitação da candidatura.

6.2. Não serão consideradas as candidaturas entregues por outra via.

6.3. A confirmação da receção da candidatura será por correio eletrónico.

6.4. A todas será dado número de registo de entrada.

6.5. Todos os documentos devem ser entregues no formato PDF e com o nome identificativo do documento submetido.

6.6. Documentos que devem anexar para oficializar o requerimento on-line, sob pena de exclusão:

- Para todos os candidatos, com e sem vínculo de emprego público:

a) preenchimento de formulário próprio, disponível no site da União de Freguesias de Melres e Medas, (www.melresmedas.pt), devendo constar, obrigatoriamente, os seguintes elementos: Identificação completa do candidato, ou seja, nome completo, estado civil, profissão, data de nascimento, nacionalidade, filiação, número e data do Bilhete de Identidade/Cartão Cidadão, bem como o seu serviço emissor, número de contribuinte, residência completa incluindo o código postal, contacto telefónico e endereço eletrónico, caso exista; habilitações académicas; categoria, a relação jurídica de emprego público que detêm, serviço e local onde desempenha funções e identificação do procedimento concursal a que se candidata e respetivo código de publicitação na BEP; Os candidatos portadores de deficiência (incapacidade permanente igual ou superior a 60 %) e abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de fevereiro, devem declarar no formulário de candidatura o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, bem como mencionar todos os elementos necessários ao cumprimento da adequação dos processos de seleção, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão; declaração sob compromisso de honra da situação precisa, perante cada um dos requisitos de admissão exigidos, previstos no artigo 17.º da LTFP, bem como os demais factos constantes no formulário de candidatura;

b) Fotocópia do certificado das habilitações académicas;

c) Declaração multiusos, ou seja, Atestado Médico de Incapacidade Multiusos, (destinado apenas a candidatos que declaram possuir grau de incapacidade ou deficiência);

d) Currículo Vitae;

- Para candidatos com vínculo de emprego público acresce:

e) Curriculum vitae detalhado, datado e assinado, do qual conste, designadamente, as habilitações literárias, as funções que exerce, bem como as que exerceu, com indicação dos períodos de duração e atividades relevantes; a formação profissional detida, com indicação das ações de formação finalizadas, entidades que as promoveram, duração e datas de realização, juntando cópias dos respetivos certificados, sob pena de os mesmos não serem considerados; bem como qualquer outro elemento que considere relevante para a apreciação curricular a fazer;

f) Fotocópia dos certificados de formação profissional frequentada e mencionadas no curriculum vitae;

g) Declaração devidamente autenticada e atualizada (reportada ao prazo estabelecido para a apresentação de candidaturas) emitida pelo serviço ou organismo a que o candidato se encontra vinculado, onde conste inequivocamente a natureza do vínculo à Administração Pública, a antiguidade na categoria e/ou carreira, e ainda, o conteúdo funcional, com especificação das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto que ocupa, e a avaliação de desempenho obtida nos últimos três anos, onde constem as menções qualitativas e quantitativas (só para candidatos com vínculo de emprego público e que não pertençam ao Mapa de Pessoal da União de Freguesias de Melres e Medas);

6.6.1 – Os candidatos que se encontrem a exercer funções na União de Freguesias de Melres e Medas ficam dispensados de apresentar os documentos comprovativos dos factos indicados no currículo, desde que, expressamente refiram, que os mesmos se encontram arquivados no respetivo processo individual, ficando igualmente dispensados da apresentação da declaração constante na alínea g) do ponto 6.6.

6.7 - Os candidatos devem reunir todos os requisitos necessários, até à data limite de apresentação das respetivas candidaturas.

6.8 - Na apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais de admissão devem os candidatos declarar no requerimento, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram, relativamente a cada um dos requisitos, bem como aos demais factos constantes na candidatura (ponto 7 do formulário tipo).

7. - As habilitações literárias exigidas são de grau 1 de complexidade funcional, ou seja, os candidatos devem ser titulares da escolaridade obrigatória (conforme a idade), não havendo possibilidade de substituição do nível habilitacional por formação ou experiência profissional.

7.1 - Os candidatos possuidores de habilitações literárias obtidas em país estrangeiro deverão apresentar, em simultâneo com o documento comprovativo das suas habilitações, sob pena de exclusão, o correspondente documento de reconhecimento de habilitações estrangeiras, com equivalência ou registo de grau académico previsto pela legislação portuguesa aplicável. Os documentos redigidos em língua estrangeira devem estar traduzidos e reconhecidos pelas entidades competentes, sob pena de não serem considerados.

8. - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei. Assiste ao Júri, a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

9. - Nos termos da alínea h) do art.º 3º da citada Portaria, os candidatos têm acesso à informação e ao processo, desde que o solicite. As atas do júri, onde constam, os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos métodos de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final do método, são publicitados no sítio da Internet da entidade (nº 5 do art.º 11º da Portaria).

10. - Nos termos do disposto no nº 1 do art.º 11º da Portaria, o aviso de abertura será publicado no Diário da República, por extrato e, na íntegra, na Bolsa de Emprego Público (BEP), no 1º dia útil seguinte à publicação no Diário da República, sendo ainda publicado no site da União de Freguesias de Melres e Medas.

11. - Em cumprimento da alínea h) do art.º 9º da Constituição, “a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

12. - Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 3º do Decreto-Lei nº 29/2001, de 3 de fevereiro, conjugado com o nº 7 do art.º 11º da Portaria nº 125-A/2019, de 30 de abril, na sua atual redação, no procedimento concursal em que o número de lugares a preencher seja de um ou dois, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

12.1 - Para efeitos de admissão a concurso, os candidatos com deficiência devem declarar, no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade e tipo de deficiência, no entanto, compete ao júri verificar a capacidade dos candidatos com deficiência para exercerem a função inerente aos postos de trabalho nos termos da legislação em vigor (alínea f) do nº 2 do art.º 14º da Portaria);

E, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros do Júri.

Presidente do Júri

Vogal efetivo

Vogal efetivo

(Mª Fátima Andrade)

(Filomena Fonseca)

(Manuel Augusto Costa)